

ECONOMIA DO CONHECIMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE A TEORIA E SUA RELAÇÃO COM UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA ECONOMIA

MALINOWSKI, Sandro Antonio

SOBOTA, Simone

RODRIGUES, Alessandra Aparecida Berton

Faculdade CNEC Campo Largo

RESUMO

Qualquer que seja a situação de desenvolvimento de uma nação, está claro que a saída para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos passa pelo conhecimento. O desenvolvimento econômico é baseado no conhecimento e crescimento da produção que, por um lado gera riqueza e por outro causa exclusão dos menos favorecidos. Este cenário de diferenças representa a qualidade de vida da nação tendo, de um lado a economia, baseada no conhecimento e tecnologia e de outro a falta de dispositivos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incluindo-se aqui a carência de itens básicos de subsistência. A economia do conhecimento está baseada em ideias, informações, geração de inovações e difusão do conhecimento que gera riqueza e melhoria da qualidade do emprego. Assim, os trabalhadores do conhecimento são aqueles com maior habilidade para construir redes de relacionamentos, utilizar tecnologias de informação e compreender o abstrato. A economia do conhecimento gera intangíveis em áreas como tecnologia da informação, engenharias, nas áreas da saúde e outras que conseguem apropriar-se dos conhecimentos gerados por uma força de trabalho desvinculada das modalidades hierárquicas tradicionais e promovem uma nova ordem social e econômica. Desta forma, o presente estudo tem como objetivos apresentar a definição de economia e seus princípios fundamentais; mostrar o conceito de economia do conhecimento e estabelecer uma relação entre o princípio econômico (padrão de vida) e a capacidade de produção de bens e serviços com o oitavo objetivo do desenvolvimento sustentável, que é trabalho decente e crescimento econômico, através de revisão de material teórico, embasada nas ideias de Druker (1993), Guidens (2006) e Velloso (2005), entre outros, que afirmam que as relações de trabalho, na chamada economia do conhecimento, deixam de utilizar a máquina como o centro do trabalho, tendo no conhecimento e habilidades de inteligência desenvolvidas, as principais ferramentas para o sucesso no ambiente de trabalho, desta forma faz-se necessário buscar trabalhadores qualificados e portadores de habilidades específicas.

Palavras chave: Economia. Sociedade. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Ao se caminhar pela rua atualmente é possível perceber os sinais da economia em ação: pessoas comprando bens de consumo duráveis, e não duráveis, e

negociando serviços como, por exemplo, um corte de cabelo, lavagem de automóvel ou a construção de uma casa.

As negociações entre os agentes econômicos, que são as famílias e as empresas, ocorrem em um mercado comum, onde encontram-se as leis econômicas da oferta e da demanda. A demanda pode ser traduzida pela procura dos bens e serviços, enquanto a oferta é caracterizada pela quantidade disposta, ao mercado, de tais bens e serviços.

A relação entre a oferta e a procura tem como fundamento, o emprego. Famílias precisam de trabalho para atender às necessidades de consumo desde bens da cesta básica até o consumo de bens supérfluos.

Contudo, ao longo das últimas décadas, a relação de emprego tem mudado de emprego industrial para a relação baseada em trabalhadores do conhecimento, o que pode ser entendido como economia do conhecimento.

Diante de tais premissas é que se constroem os objetivos deste artigo que são: (a) apresentar a definição de economia e seus princípios fundamentais; (b) mostrar o conceito de economia do conhecimento; (c) estabelecer uma relação entre o princípio econômico (padrão de vida) e a capacidade de produção de bens e serviços com o oitavo objetivo do desenvolvimento sustentável, que é trabalho decente e crescimento econômico.

O texto apresentado tem suas justificativas elaboradas a partir da associação com questões de ordem social, pessoal e acadêmica. Quanto ao aspecto pessoal, para a realização deste artigo, destaca-se o interesse em compreender, com maiores detalhes, a relação da economia do conhecimento com trabalho e crescimento econômico. Quanto à contribuição acadêmica, espera-se oferecer um texto sobre a temática da economia do conhecimento, pois as relações de trabalho vêm sofrendo alterações ao curso da história recente no mundo do trabalho e, nos últimos anos, tem ocorrido mesmo fenômeno no Brasil. Como justificativa social, enfatiza-se a importância do entendimento sobre o termo economia do conhecimento e sua relação com o emprego pois esta modalidade tem impacto direto nas relações de trabalho entre detentores do capital, e da força de trabalho, tendo relação, inclusive, com a empregabilidade dos trabalhadores na atualidade.

Como delineamento metodológico, para a realização deste artigo, fez-se pesquisa teórica e documental, de caráter descritivo, com coleta de dados secundários, na literatura específica, utilizando autores da área. Cerro e Bervian (1996) definem pesquisa como um problema a ser solucionado a partir de referências teóricas, publicadas em artigos, livros, dissertações e teses e Gil (1997) complementa que:

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. (GIL, 1997, p. 44).

Os dados utilizados na pesquisa foram os secundários que, segundo Mattar (2001), são aqueles que estão disponíveis em livros, artigos, jornais revistas ou outros meios de publicação científicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo em questão tem premissa em teorias econômicas, conhecimento e trabalho justo, como fonte de riqueza e crescimento econômico. Torna-se importante inicialmente definir economia segundo alguns teóricos.

Para Rossetti (1997), a economia é uma ciência que faz o estudo do gasto de recursos escassos por parte da sociedade, estuda o comportamento das escolhas de onde consumir os recursos limitados obtidos por meio do trabalho ou da geração de capital.

Em complemento, Mankiw (2015, p.4) define:

[...] economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. Na maioria das sociedades, os recursos são alocados não por um único planejador central, mas pelos atos combinados de milhões de famílias e empresas.

A economia é uma ciência social que estuda como a sociedade emprega seus recursos, limitados a partir de escolhas entre bens e serviços, tentando economizar, o que significa diminuir gastos a fim de aumentar a satisfação com poucos recursos. É o que as empresas buscam quase que o tempo todo. (VASCONCELOS, 1995). Logo, a ciência da economia é o estudo da alocação dos escassos pelas famílias.

Os economistas ainda estudam as relações entre a oferta e a demanda e Vasconcelos (1995) define demanda como sendo “a quantidade de um bem ou serviço que consumidores tem a intenção de adquirir em determinado período de tempo”, por

outro lado o estudo da oferta é definido como o somatório das quantidades que os produtores tem a intenção de oferecer ao mercado, em determinado período de tempo, com a finalidade de suprir a demanda. Quando há maior oferta do que demanda a curva de preços tende a cair, quando há maior demanda do que oferta, a curva de preços tende a subir.

Todo este estudo de economia e sua relação com a oferta e demanda está alicerçado em dez princípios denominados como princípios fundamentais da economia, são eles: 1) as pessoas enfrentam *trade-offs*; 2) pessoas racionais pensam na margem; 3) as pessoas reagem a incentivos; 4) o comércio pode ser bom para todos; 5) os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica; 6) às vezes os governos podem melhorar os resultados dos mercados; 7) o padrão de vida de um país depende de sua capacidade de produzir bens e serviços; 8) os preços sobem quando o governo emite moeda demais; 9) a sociedade enfrenta um *tradeoff* de curto prazo, entre inflação e desemprego; 10) há uma mão invisível interagindo com os mercados.

Dos princípios apresentados, ênfase é dada ao princípio 7, com a explanação do conceito segundo Rossetti (1997) “a produtividade de um país determina o padrão de vida dos seus cidadãos. Quanto maior a produção por hora de trabalho, mais elevado o padrão de vida”. Em países em que trabalhadores são menos produtivos, a grande parte das pessoas enfrenta uma existência de escassez, menos confortável do que em nações onde a produtividade é elevada.

De forma semelhante, quando a taxa de crescimento da produtividade é elevada, as taxas de crescimento de sua renda média sofrem alteração positiva, melhorando a qualidade de vida das pessoas. O único modo de melhorar a qualidade de vida em uma nação, é aumentar a renda *per-capita* (por pessoa) por meio da qualificação da mão de obra.

Corroborando com estes conceitos, Vasconcelos (1995) complementa que é necessário oferecer aos trabalhadores melhores recursos tecnológicos para aumentar a produtividade. Entretanto eles devem possuir o conhecimento necessário para a utilização de tais plataformas tecnológicas. Assim, o desenvolvimento econômico ocorre e, conforme destaca Miller (2007, p.6):

[...] a melhoria dos padrões de vida dos seres humanos é proporcionada pelo crescimento econômico. Neste sentido, o modelo de produção dominante é baseado no crescimento e produziu exclusão social em decorrência da concentração de renda [...]

Em analogia, é possível pontuar que o desenvolvimento econômico é baseado no conhecimento e crescimento da produção que, por um lado gera riqueza e por outro causa exclusão dos menos favorecidos. O que reafirma a ideia de que a classe dominante é aquela que possui tais conhecimentos.

Assim, em 1890, Alfred Marshal escreveu a obra Princípios da Economia e nela deixou como mensagem às gerações futuras a premissa de que o conhecimento é o mais poderoso motor da produção e os seus detentores tornam-se os favorecidos, financeiramente.

Neste sentido, e de acordo com Mankiw (2015) os Norte-Americanos são uma nação que possui grandes taxas de produção por hora e esta produtividade os torna uma nação rica, sendo possível taxas de crescimento acima da média. Enquanto um americano tem renda média, anual, de US\$ 47.000,00, um nigeriano tem renda média anual de US\$ 1.400,00. Este cenário de diferenças representa a qualidade de vida da nação tendo, de uma lado a economia baseada no conhecimento e tecnologia e de outro a falta de dispositivos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, incluindo-se aqui a carência de itens básicos de subsistência.

Outrossim, o conceito de economia do conhecimento já fora relatado em 1998, em relatório da OCDE (Organização da Comunidade Européia para o Desenvolvimento Econômico), ao divulgar que aproximadamente 50% do PIB (Produto Interno Bruto) dos países desenvolvidos tinha sua produção baseada na economia do setor de serviços, que tem forte relação com o conhecimento.

Segundo a OCDE (2008) tal fato se deve ao investimento destes países, em meados da década de 1990, na disseminação de ferramentas e métodos para a propagação de conhecimento para seus habitantes, tanto no sentido da educação técnica formal, quanto no contexto de formação geral.

De acordo com Guidens (2006) o fenômeno da globalização, entre os anos de 1990 e 2000, proporcionou ao mundo o acesso a produtos do sistema capitalista, baseados na agricultura e na indústria, que se alastrava globalmente, oferecendo mercadorias variadas a públicos diversos.

Atualmente, o cenário mudou de uma economia baseada em produtos para um modelo alicerçado na informação e no conhecimento, de bens tangíveis para os bens intangíveis como a indústria de *softwares* para a criação de máquinas inteligentes. (MILLER, 2007).

A economia do conhecimento está baseada em ideias, informações, geração de inovações e difusão do conhecimento que gera riqueza e melhoria da qualidade do emprego. O que é conhecido hoje como economia do conhecimento já teve outras

denominações, como era da informação ou sociedade pós-industrial. (GUIDENS, 2006).

Reitera Drucker (1993), que o conhecimento se origina na mente das pessoas e tende a ser disseminado nas empresas e na sociedade como forma de evoluir a produção. Contudo, para que isto aconteça, é necessário investir em formação, conforme escreveu o autor, nos anos de 1960, que “ao longo dos 40 anos seguintes teria mais valor o trabalhador que fosse portador de alguma forma de conhecimento, bem intangível, ao invés da força de trabalho braçal”.

A questão dos investimentos em intangíveis é relatada por Velloso (2005, p.5) ao descrever que máquinas e equipamentos são vistos atualmente como um meio para a construção da economia do conhecimento:

[...] a tendência a que os investimentos em “Intangíveis” ricos em Conhecimento – Educação (Capital Humano), *Software*, Design, novos métodos de *Management*, construção de *Networks* (redes de interligações), *Marketing* – se tornem mais importantes, na empresa, que os investimentos em Equipamentos, Máquinas, Construção. Na verdade, trata-se de investimentos complementares, frequentemente (exemplo: Computadores e *Softwares*), mas é crescente a importância dos intangíveis na criação de novos produtos e modelos, melhoria do produto, diferenciação do produto.

Complementa Dalham (2002, p.46):

[...] estamos em meio ao que se poderia chamar de uma revolução do conhecimento que está sendo introduzida na base científica através de uma ampla gama de áreas das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), chegando à biotecnologia, à engenharia de novos materiais, entre outras áreas.

Em consonância com Dalham (2002) e Velloso (2005) Benkler (2009, p. 74) descreve que:

A economia do conhecimento articulada em rede melhora as capacidades práticas dos indivíduos em três dimensões: 1) melhora a sua capacidade de fazer mais para e por si mesmos; 2) aumenta a sua capacidade de fazer mais em conexões soltas com outros, sem se sentir constrangidos a organizar os relacionamentos através de um sistema de preços ou nos modelos hierárquicos tradicionais de organização social e econômica; e 3) melhora a capacidade dos indivíduos de fazer mais em organizações formais que operam fora da esfera de mercado.

Assim, os trabalhadores do conhecimento são aqueles com maior habilidade para construir redes de relacionamentos, utilizar tecnologias de informação e compreender o abstrato. A economia do conhecimento gera intangíveis em áreas

como tecnologia da informação, engenharias, saúde e outras, que conseguem apropriar-se dos conhecimentos gerados por uma força de trabalho, desvinculada das modalidades hierárquicas tradicionais, e promovem uma nova ordem social e econômica.

Deste modo, surge a moderna sistematização do modelo de trabalho, que exclui a parcela da população que não possui habilidades para atuar neste mercado da nova ordem econômica. Tendo ciência destes fatores, a ONU (Organização das Nações Unidas) propôs os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em uma agenda denominada Agenda 2030, para serem adotados voluntariamente pelos países que fazem parte da Organização.

Segundo a PNUD - Programa das Nações Unidas (2018) os ODS são:

[...] um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Esses 17 Objetivos foram construídos com o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo novos temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos. (PNUD,2018).

A concepção dos ODS surgiu na Conferência Rio+20, em 2012, através de uma proposta de Colômbia e Guatemala. Posteriormente, na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2014, foi apresentada uma proposta de 17 objetivos e 169 metas para a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, intitulada “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Contudo, os ODS só foram adotados em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e ficou definido o prazo até o ano 2030, denominando-se de Agenda 2030, para que os países participantes atingissem os objetivos e metas. (ESTRATÉGIAS ODS, 2018).

Esses objetivos foram divididos em quatro dimensões, a saber:

- a) Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça;
- b) Ambiental: trata da preservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas;
- c) Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros;
- d) Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS (ESTRATÉGIAS ODS, 2018).

Um dos 17 objetivos propostos tem relação com as dimensões social e econômica; trata-se do objetivo de número 8: trabalho decente e crescimento econômico.

Segundo a Agenda (2030) fazem parte das metas deste objetivo:

1. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;
2. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
3. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor. (AGENDA, 2030).

O objetivo proposto tem como finalidade oferecer trabalho decente e crescimento econômico e, para atingir tais metas, observa-se que a proposta envolve temas como inovação, geração de valor agregado e incentivo ao empreendedorismo. Retornando ao pensamento de Drucker (1993) fica evidente que se faz necessária a propagação do conhecimento bem como o fortalecimento do pensamento em rede para proporcionar a elevação do nível intelectual das populações de modo a promover o crescimento econômico.

Assim, o pensamento dos autores citados neste artigo converge com a proposta da ONU ao citar a modernização e incentivo à adoção de novas tecnologias, sendo necessária a formação dos chamados trabalhadores do conhecimento.

CONCLUSÃO

A economia está presente no cotidiano das pessoas de todo o planeta, independente da aceitação ou não, todos fazem parte do cenário econômico global, logo foi definido o conceito de economia bem como seus princípios fundamentais. Por economia entende-se que é a forma como as pessoas gastam seus recursos escassos quais são as prioridades das famílias.

O conceito de economia do conhecimento foi apresentado segundo autores como Drucker, Velloso e Guidens que afirmam que as relações de trabalho, na chamada economia do conhecimento, deixam de utilizar a máquina como o centro do

trabalho, tendo no conhecimento e habilidades de inteligência desenvolvidas, as principais ferramentas para o sucesso no ambiente de trabalho, desta forma faz-se necessário buscar trabalhadores qualificados e portadores de habilidades específicas.

Países desenvolvidos possuem este tipo de mão de obra por terem investido, ao longo dos anos, em formação e qualificação de pessoas, fato que justifica as diferenças de rendimento entre cidadãos de países desenvolvidos quando comparados com aqueles de países subdesenvolvidos.

Com relação ao terceiro objetivo específico deste trabalho, que é criar uma relação entre o princípio econômico que relaciona o padrão de vida de um país e sua capacidade de produzir bens e serviços, com o oitavo objetivo do desenvolvimento sustentável, que é trabalho decente e crescimento econômico, pode-se destacar que, conforme a literatura, um país que tem riqueza acumulada e população com renda média capaz de suprir as necessidades básicas de consumo e gerar poupança, é aquele que investiu ao longo dos anos em formação de profissionais, para além do trabalho com esforço físico. Estes países buscaram formar trabalhadores do conhecimento voltados à onda da economia do conhecimento/informação. Logo, nestes países, o trabalho passa a ser considerado, em sua maioria, como justo, e gera o crescimento da nação.

Por outro lado, em países cujas desigualdades sociais apresentam-se elevadas, percebe-se que a preocupação foi com a manutenção do emprego por trabalhos físicos, focados na indústria da transformação e com pouco investimento em pesquisa e desenvolvimento científico.

Neste contexto é que a Agenda 2030 (ONU, 2015) oferece uma oportunidade de redução de tais desigualdades sociais, com objetivo de fomentar ações sociais e educacionais, voltadas ao desenvolvimento econômico e redução das desigualdades.

Qualquer que seja a situação de desenvolvimento, fica claro que a saída para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos passa pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são ODS?** Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/o-que-são-os-ods/>. Acessado em 15 de outubro de 2018.

GIDDENS, A. **Sociologia**, 4ª ed., Porto Alegre: Editora Artmed, 2006

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1994.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 3ªed., São Paulo: Cengage *Learning*, 2015.

MILLER, G. Tyler. **Ciência ambiental**. Tradução *All Tasks*. São Paulo: Thomson, 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia, planejamento. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU - **Agenda 2030**. Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>. Acessado em 15 de outubro de 2018.

PNUD BRASIL. **Os Objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acessado em 14 de outubro de 2018.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17ªed., São Paulo: Atlas, 1997.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva SA, 1995.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O Brasil e a Economia do Conhecimento - o Modelo do Tripé e o Ambiente Institucional**. XVII Fórum Nacional. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/m2859138/Downloads/EP0108.pdf>. Acessado em 12 de outubro de 2018.

YOCHAI, Benkler. **The Wealth of Networks**: how social production transforms markets and freedom. London - New Haven: Yale University Press, 2009.